



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DATA DA PROVA 11/10/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos.

27/06/24

A inteligência artificial carrega potencialidades que podem servir para o bem da humanidade, a justiça e a dignidade da pessoa humana. Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo. A garantia do uso benéfico da tecnologia deve partir de uma regulação geral, o que já é inevitável, dado o impacto cotidiano da IA. E essa regulamentação deve se fundar no princípio da precaução, ater-se aos direitos fundamentais e propor uma governança híbrida. Essa foi a conclusão dos participantes da mesa "Inteligência Artificial: Riscos Éticos, Econômicos e Eleitorais", que integrou o segundo dia da 12ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa em 27/6/24. [...]

Participaram do debate o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso; o senador Eduardo Gomes (PL-TO); o ministro Ricardo Villas B. Cueva, do STJ; Laura S. Mendes, diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade e profa. do IDP e da UnB; e a profa. Dora Kaufman, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da PUC-SP. A moderação foi feita pelo adv. Fabrício da M. Alves, membro-fundador da Assoc. Bras. de Governança Pública de Dados Pessoais.

O ministro Barroso iniciou sua exposição sobre o tema afirmando ser um entusiasta das potencialidades positivas da inteligência artificial, que definiu como programas que transferem capacidades humanas para computadores. Ele mencionou o uso para tomadas de decisões com base em dados e a automação de atividades, além de aplicações no Direito.

"Só no Supremo, nós temos a utilização de inteligência artificial para agrupar processos por temas e sabermos quais deles têm mais matérias repetitivas, para podermos decidir em repercussão geral e eliminar milhares de casos", disse Barroso, que aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas.

O presidente do STF lembrou em seguida, no entanto, os riscos da inteligência artificial. Ele citou o impacto no mercado de trabalho, o que vai exigir adaptação de trabalhadores e redes de proteção social; a preocupação com o uso para fins bélicos, como armas letais autônomas; o aumento da desinformação, com deepfakes; e o risco para a privacidade, dado o volume de informações pessoais coletadas pelas big techs.

Barroso defendeu, em resposta a isso, uma regulação da IA que se atenha à proteção dos direitos fundamentais e da democracia e à transparência na governança. "Acho que não devemos ter medo, mas, sim, a preocupação de fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana."

Já o ministro Cueva fez um apelo por uma regulação de caráter geral, que forneça um arcabouço normativo para a regulação setorial, já existente no uso da inteligência artificial na Medicina e em carros autônomos, por exemplo. Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil. O documento fundamentou o Projeto de Lei 2.338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da casa legislativa, em maio do ano passado, que objetiva regulamentar o uso da tecnologia.

"O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial. Queremos ter a certeza de que a última palavra será dada por um ser humano, e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional", acrescentou o ministro do STJ.

Eduardo Gomes, relator do PL 2.338/23 no Senado, afirmou que a leitura do texto final deve ocorrer na próxima semana. Na semana seguinte, ele espera que já possa ser aprovado pelos senadores, sendo encaminhado posteriormente à Câmara. A expectativa do senador é ter a lei sancionada até o fim do ano, o que não deve encerrar de vez a discussão, uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas.

"A regulação identifica as necessidades e aproxima todos de um certo conhecimento. Não regular, de alguma forma, é ser regulado. Eu quero saber qual o setor que questionou, que trabalhou junto com a comissão, que acompanhou os textos em construção no Parlamento, que já não está sendo regulado e abalado positiva ou negativamente pela inteligência artificial?", disse o senador ao questionar a contrariedade de certos setores à regulação.

A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país. Ela listou acertos do texto: ele dialoga com normativas internacionais, mas se preocupa com as especificidades do arranjo brasileiro; tem uma estrutura simples em princípios e direitos; parte de um modelo de regulação de riscos, que impõe requisitos mais graves e medidas de governança mais gravosas a riscos mais altos; propõe a discussão sobre direitos autorais; e tem um modelo híbrido de governança.

"Não estamos mais falando de uma autoridade que vai regular esse sistema. As agências reguladoras devem assumir um protagonismo, serão apenas elas que poderão sancionar e supervisionar esses sistemas. Mas esse sistema todo, chamado de SIA (Sistema de Governança e Regulação de Inteligência Artificial), previsto no projeto de lei, terá a coordenação de uma autoridade. Ou seja, essa governança tem de ser

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências. A criação desse modelo foi um grande acerto."

Adaptado

<https://www.conjur.com.br>

1. É comum a manifestação simultânea de algumas funções da linguagem num mesmo texto. A função referencial ou denotativa, que tem o assunto como destaque, está presente no texto acima, uma vez que há elementos que

A) expõem os sentimentos e o ponto de vista do autor sobre a regulação da IA.

B) informam sobre a garantia do uso benéfico da IA a partir de uma regulação.

C) expressam uma estratégia persuasiva para estimular a regulação da IA.

D) revelam marcas de interlocução, legitimando o canal de comunicação.

E) caracterizam a linguagem conotada ao comentar os riscos e o uso positivo da IA.

2. Marque a frase do texto que NÃO apresenta caráter argumentativo.

A) "[...] fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana." 6º§

B) "Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil." 7º§

C) "O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial." 8º§

D) "Não regular, de alguma forma, é ser regulado." 10º§

E) "Ou seja, essa governança tem de ser harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências." 12º§

3. "Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo." 1º§

O conectivo destacado terá o sentido modificado, se for substituído por

A) contudo.

B) entretanto.

C) porém.

D) todavia.

E) porquanto.

4. "[...] uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas." 9º§

Essa oração traduz, no contexto, noção de:

A) conclusão.

B) condição.

C) causa.

D) restrição.

E) adição.

5. "A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país." 11º§

As vírgulas nesse período separam

A) oração adjetiva.

B) oração adverbial.

C) oração substantiva.

D) oração coordenada.

E) oração reduzida.

6. "[...] aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas." 4º§

As duas formas verbais sublinhadas nessa frase NÃO estão conjugadas

A) na mesma pessoa.

B) no mesmo número.

- C) no mesmo modo.
D) no mesmo tempo.
E) na mesma voz.

7. "[...] e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional [...]." 8º§

É CORRETO afirmar sobre a função do "se" nessa frase:

- A) conjunção subordinativa.
B) objeto direto.
C) objeto indireto.
D) índice de indeterminação do sujeito.
E) partícula apassivadora.

8. "[...] atar-se aos direitos fundamentais [...]." 1º§

É sinônimo da palavra destacada, EXCETO:

- A) atar-se.
B) fiar-se.
C) circunscrever-se.
D) cingir-se.
E) elidir-se.

9. "Tomamos a liberdade, Senhor Ministro, de _____ a _____ defesa para regulamentação da Inteligência Artificial. Se _____, serão protegidos nossos direitos fundamentais."

Marque a alternativa que preenche corretamente os espaços da frase acima, conforme o padrão de concordância da língua culta.

- A) pedi-lo - sua - intervieres.
B) pedir-lhe - sua - intervier.
C) pedir-lhe - vossa - intervier.
D) pedir-lhe - sua - intervieres.
E) pedir-te - vossa - intervirdes.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras da frase foram empregadas adequadamente e escritas conforme a grafia vigente.

- A) Especialista explica porque não podemos confiar na inteligência artificial.
B) Anatel inicia tomada de subzídios para discutir regulação de inteligência artificial.
C) Roteiristas paralizaram atividades por cinco meses em busca de regras para uso de IA.
D) Executivos preveem economia de tempo de até quatro horas semanais com uso de IA.
E) É necessário auto-controle para gastar menos tempo nas redes sociais.

Leia o fragmento de texto a seguir para responder às questões de 11 a 13.

Home office: desafio ou benefício?

Muitos jovens da geração Z (pessoas nascidas entre 1995 e 2010) acabaram se formando durante a pandemia e tendo como principal desafio ou benefício o trabalho home office - regime de trabalho que hoje não está sendo adotado por muitas empresas, apesar da flexibilidade ser um dos benefícios que mais atrai os profissionais pós-pandemia.

"Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis para voltarem ao trabalho dentro dos escritórios. Em casos extremos, esses funcionários preferem o desligamento ao retorno híbrido ou presencial", diz Victor Fazzio, sócio sênior do Grupo Hub, consultoria de RH.

Apesar da preferência pelo trabalho remoto e híbrido, muitas empresas querem voltar com o trabalho presencial, mas esse movimento tem demonstrado uma mudança no mercado de trabalho: lideranças de RH têm identificado que a resistência da geração Z está levando as empresas à contratação de talentos mais maduros.

(Adaptado - <https://exame.com/carreira>)

11. Na articulação de ideias no texto, o autor utilizou um recurso de coesão que exprime sentido de concessão em:

- A) "Muitos jovens da geração Z acabaram se formando durante a pandemia [...]." 1º§
B) "[...] regime de trabalho que hoje não está sendo adotado [...]." 1º§

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- C) "Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis [...]"
2º§
- D) "Apesar da preferência pelo trabalho remoto e híbrido [...]" 3º§
- E) "[...] lideranças de RH têm identificado que a resistência da geração Z [...]" 3º§

12. O termo destacado é advérbio ou expressão adverbial apenas em:

- A) "[...] tendo como principal desafio ou benefício o trabalho home office [...]" 1º§
- B) "Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis [...]"
2º§
- C) "[...] voltarem ao trabalho dentro dos escritórios." 2º§
- D) "[...] muitas empresas querem voltar com o trabalho presencial [...]" 3º§
- E) "[...] mas esse movimento tem demonstrado uma mudança [...]" 3º§

13. "[...] esses funcionários preferem o desligamento ao retorno híbrido ou presencial [...]" 2º§

Considere a regência verbal e marque a alternativa que apresenta uma adaptação CORRETA da frase acima.

- A) [...] o funcionário prefere o desligamento do que o retorno híbrido ou presencial [...].
- B) [...] o funcionário prefere mais o desligamento ao retorno híbrido ou presencial [...].
- C) [...] o funcionário prefere o desligamento à retornar de forma híbrida ou presencial [...].
- D) [...] o funcionário prefere mais se desligar a retornar de forma híbrida ou presencial [...].
- E) [...] o funcionário prefere seu desligamento a trabalhar de forma híbrida ou presencial [...].

14. Na frase "Um _____ para maior adesão ao home office é a dificuldade de gerenciamento da produtividade.", a palavra que completa corretamente a lacuna é:

- A) empecilho.

- B) impecilho.
- C) empecílio.
- D) impecílio.
- E) impecilho.

15. Assinale a alternativa correspondente à frase em que a concordância verbal está CORRETA.

- A) Precisam-se de jovens profissionais com habilidades para resolução de problemas e criatividade.
- B) Nos dias atuais, deve haver poucas empresas contratando profissionais para o trabalho remoto.
- C) A flexibilidade e a comodidade dos profissionais encontra-se entre as vantagens do trabalho remoto.
- D) Pode existir, no momento presente, poucos jovens da geração Z dispostos ao trabalho presencial.
- E) As análises das lideranças de RH prevê uma queda na contratação de jovens da geração Z.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Serviços privativos do Estado são aqueles que, por sua natureza, não podem ser delegados à iniciativa privada, permanecendo sob o controle direto da administração pública. Diante disso, é CORRETO afirmar que:

- A) A segurança pública é um exemplo típico de serviço privativo do Estado.
- B) A coleta de lixo domiciliar é considerada um serviço privativo do Estado.
- C) Os serviços de telecomunicações são privativos do Estado e não podem ser explorados pela iniciativa privada.
- D) O transporte público sempre será um serviço privativo do Estado.
- E) A educação básica em escolas públicas é o único serviço privativo do Estado.

17. No âmbito dos serviços privativos do Estado, existem determinadas atividades que só podem ser executadas por órgãos públicos devido à sua importância para a soberania nacional. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A) A gestão de parques e áreas verdes públicas é uma função exclusivamente privativa do Estado.

B) O serviço de transporte intermunicipal é sempre privativo do Estado.

C) Serviços de iluminação pública são sempre privativos e intransferíveis.

D) O controle do espaço aéreo é considerado um serviço privativo do Estado, exercido pelas Forças Armadas ou por órgãos específicos.

E) A gestão de empresas públicas pode ser considerada um serviço privativo.

18. Serviços de utilidade pública são aqueles destinados a atender necessidades coletivas, com possibilidade de delegação à iniciativa privada sob regime de concessão ou permissão. Considerando isso, é **CORRETO** afirmar que:

A) O fornecimento de energia elétrica é um serviço de utilidade pública que pode ser delegado à iniciativa privada por meio de concessão.

B) Serviços de utilidade pública só podem ser realizados por entidades públicas, sem concessão a particulares.

C) A distribuição de água e esgoto é um exemplo de serviço privativo, não enquadrado como utilidade pública.

D) O transporte aéreo internacional é sempre um serviço de utilidade pública.

E) Serviços de telefonia são serviços de utilidade pública e não podem ser oferecidos por empresas privadas.

19. Sobre o regime de prestação de serviços de utilidade pública, como o fornecimento de água e saneamento, é **CORRETO** afirmar que:

A) O transporte coletivo urbano não é classificado como serviço de utilidade pública.

B) A distribuição de gás natural é um serviço de utilidade pública, mas não pode ser delegado a empresas privadas.

C) O serviço de saúde pública é considerado de utilidade pública, mas sua concessão é vedada pela Constituição.

D) Serviços de iluminação pública e segurança são exemplos de serviços de utilidade pública.

E) O serviço de coleta de lixo é considerado um serviço de utilidade pública que pode ser concedido a empresas privadas mediante processo licitatório.

20. A prestação de serviço mista envolve a participação conjunta do poder público e da iniciativa privada na execução de serviços. Considerando isso, é **CORRETO** afirmar que:

A) Prestação de serviços de telecomunicações é sempre privativa do Estado.

B) Serviços de segurança pública podem ser prestados de forma mista, com a atuação de empresas privadas e do governo.

C) A coleta de lixo domiciliar é sempre considerada um serviço exclusivo do Estado e não se enquadra como prestação de serviço mista.

D) O fornecimento de gás natural pode ser considerado um exemplo de prestação de serviço mista, com a participação de concessionárias privadas.

E) A prestação de serviço mista é vedada no setor de saúde pública.

21. No regime de prestação de serviço mista, o poder público pode firmar contratos com empresas privadas para realizar serviços de interesse coletivo. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

A) A concessão de rodovias não pode ser considerada uma forma de prestação de serviço mista.

B) A iluminação pública é sempre um serviço exclusivamente estatal, sem possibilidade de participação privada.

C) Parcerias público-privadas (PPPs) são um exemplo de prestação de serviço mista, onde o setor privado participa da execução de serviços públicos.

D) Serviços de segurança aeroportuária são sempre considerados serviços mistos.

E) A educação em escolas públicas não pode se enquadrar como prestação de serviço mista.

22. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer informações contábeis que ajudem na tomada de decisões e na prestação de contas sobre os recursos públicos. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

A) O regime de caixa é utilizado exclusivamente para contabilizar as receitas e despesas públicas.

B) O objeto da Contabilidade Pública é restrito apenas ao controle das despesas realizadas pelos órgãos públicos.

C) O regime contábil utilizado na Contabilidade Pública é o regime de competência, onde as receitas e despesas são reconhecidas no momento em que ocorrem.

D) O campo de aplicação da Contabilidade Pública abrange somente os entes federais.

E) A Contabilidade Pública não tem como objetivo a transparência na gestão dos recursos públicos.

23. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem um campo de aplicação que abrange todos os níveis de governo, proporcionando maior controle sobre o uso dos recursos públicos e assegurando a transparência das ações governamentais. Ela também segue o regime contábil adequado para garantir que as informações financeiras reflitam a realidade das contas públicas. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

A) A contabilidade pública se aplica aos entes federais, estaduais e municipais, visando à transparência e ao controle dos recursos públicos.

B) O objetivo da contabilidade pública é apenas registrar os fluxos financeiros de receitas e despesas, sem considerar o patrimônio público.

C) O regime contábil adotado pela contabilidade pública é o regime de caixa, em que receitas e despesas são registradas apenas quando efetivamente pagas.

D) A contabilidade pública se restringe à União, sendo opcional para Estados e Municípios.

E) O principal campo de aplicação da contabilidade pública é a administração de empresas públicas.

24. O orçamento público é uma ferramenta fundamental para a administração financeira do Estado, garantindo que os recursos arrecadados sejam alocados de forma adequada para atender às necessidades públicas. O ciclo orçamentário abrange desde a elaboração até a execução e controle das receitas e despesas. No que diz respeito a esses processos, é CORRETO afirmar que:

A) Os créditos adicionais são utilizados para reduzir despesas não previstas no orçamento, sendo uma forma de ajuste negativo das contas públicas.

B) O ciclo orçamentário inclui as fases de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento, e sua execução deve seguir os princípios da legalidade e eficiência.

C) O princípio da anualidade significa que o orçamento pode ser aprovado e executado por períodos superiores a um ano fiscal, conforme a necessidade do governo.

D) O orçamento público é flexível e pode ser alterado livremente durante o exercício financeiro, sem necessidade de aprovação legislativa.

E) A execução do orçamento é de responsabilidade exclusiva do Poder Legislativo, que determina como os recursos devem ser alocados e gastos.

25. Os créditos adicionais são uma importante ferramenta no orçamento público, permitindo ajustes durante o exercício financeiro para cobrir despesas não previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento original. Sobre a utilização e os tipos de créditos adicionais, é CORRETO afirmar que:

A) Créditos especiais são destinados exclusivamente ao pagamento de salários dos servidores públicos, sendo vedada sua aplicação em outras áreas.

B) Créditos adicionais só podem ser usados em casos de emergência e desastres naturais, sendo restritos a situações excepcionais.

C) Créditos suplementares são usados para criar novas despesas e não necessitam de autorização legislativa, sendo de uso exclusivo do Executivo.

D) Existem três tipos de créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários, cada um deles utilizado para uma finalidade específica e previsto na Lei nº 4.320/1964.

E) Créditos extraordinários são usados para aumentar as receitas públicas e cobrir eventuais déficits orçamentários.

26. As receitas públicas desempenham um papel crucial no financiamento das atividades do Estado, sendo classificadas de acordo com sua natureza e origem. Além disso, a receita passa por diferentes estágios até ser efetivamente arrecadada e utilizada pelo governo. Com base nesses conceitos, é CORRETO afirmar que:

A) Os estágios da receita incluem previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, sendo que cada fase é essencial para o controle das finanças públicas.

B) A receita pública é classificada exclusivamente como corrente, sendo destinada unicamente ao pagamento de salários e despesas administrativas.

C) O lançamento da receita ocorre após o recolhimento dos valores, quando o contribuinte já realizou o pagamento.

D) As receitas correntes são aquelas exclusivamente destinadas a investimentos de longo prazo, como obras de infraestrutura e projetos estratégicos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

E) A classificação da receita pública é desnecessária para o planejamento orçamentário, já que todas as receitas são tratadas de forma homogênea.

27. A classificação das receitas públicas é um elemento fundamental para o planejamento e a execução do orçamento, permitindo uma gestão mais eficaz dos recursos públicos. Os diferentes tipos de receitas têm implicações diretas na forma como o governo financia suas atividades e realiza seus investimentos. Diante disso, é CORRETO afirmar que:

A) O lançamento da receita ocorre antes do recolhimento, sendo uma etapa posterior à previsão, mas anterior à arrecadação dos valores.

B) Receitas de capital são utilizadas exclusivamente para cobrir despesas administrativas e operacionais, como o pagamento de pessoal.

C) O recolhimento é o primeiro estágio da receita pública, em que os recursos são efetivamente recebidos pelo governo e contabilizados.

D) Receitas correntes incluem impostos, taxas, contribuições de melhoria e outras fontes destinadas ao custeio de despesas operacionais e manutenção do governo.

E) A receita corrente é usada exclusivamente para investimentos em obras públicas e infraestrutura, sem aplicação em despesas de custeio.

28. As despesas de exercícios anteriores referem-se a obrigações financeiras que deveriam ter sido pagas em exercícios passados, mas que, por diversos motivos, acabaram sendo postergadas para o exercício seguinte. Essas despesas precisam ser devidamente regularizadas para garantir a continuidade do equilíbrio fiscal. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

A) As despesas de exercícios anteriores são automaticamente canceladas no final de cada exercício financeiro, não gerando obrigações futuras.

B) As despesas de exercícios anteriores não podem ser incluídas no orçamento do ano subsequente, devendo ser canceladas e reprogramadas no futuro.

C) A ocorrência de despesas de exercícios anteriores é proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pois afeta o equilíbrio das contas públicas.

D) Despesas de exercícios anteriores só podem ocorrer em caso de superávit orçamentário no exercício atual, sendo vedada sua execução em anos de déficit.

E) Despesas de exercícios anteriores são aquelas que não puderam ser pagas no exercício a que se referem, sendo transferidas para o exercício seguinte para regularização.

29. As despesas de exercícios anteriores podem ocorrer por diferentes motivos, como erros administrativos ou insuficiência de dotação orçamentária no exercício original. Para garantir a regularização dessas despesas, é necessário seguir procedimentos específicos previstos na legislação orçamentária. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que:

A) Despesas de exercícios anteriores podem ocorrer devido a insuficiência de dotação orçamentária ou erro administrativo, sendo pagas no exercício seguinte com autorização legislativa.

B) As despesas de exercícios anteriores devem ser pagas exclusivamente no exercício financeiro em que foram contraídas, não podendo ser transferidas para exercícios futuros.

C) O pagamento de despesas de exercícios anteriores depende exclusivamente de autorização do Poder Executivo, sem a necessidade de aprovação do Legislativo.

D) Despesas de exercícios anteriores não podem ser pagas se houver déficit no exercício financeiro em curso, sendo canceladas automaticamente.

E) Despesas de exercícios anteriores são pagas sem necessidade de crédito orçamentário, uma vez que já foram reconhecidas em exercícios anteriores.

30. Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro, sendo classificadas em processados e não processados. Essa classificação é importante para o controle das finanças públicas e a execução orçamentária nos anos subsequentes. Considerando esse conceito, é CORRETO afirmar que:

A) Restos a pagar não processados são aqueles em que o pagamento já foi efetuado, mas a entrega do bem ou serviço ainda não ocorreu.

B) Restos a pagar processados referem-se a despesas cujo serviço foi prestado ou bem entregue, mas que não foram pagas até o final do exercício financeiro.

C) Restos a pagar são automaticamente cancelados no final de cada exercício, não podendo ser transferidos para o exercício seguinte.

D) Restos a pagar se referem exclusivamente a despesas de capital, não abrangendo despesas correntes.

E) Restos a pagar não têm prazo para serem liquidados, podendo ser pagos em qualquer exercício subsequente, sem impacto nas finanças públicas.